

General revela mágoa com fritura no cargo após pressão de Bolsonaro para reduzir preço de combustível. Para ele, privatização pode ser um caminho para a petroleira

O general da reserva Joaquim Silva e Luna foi apresentado pelo presidente Jair Bolsonaro como alguém que iria "surpreender positivamente" no comando da Petróbras. Chefe do Estado-Maior e primeiro militar à frente do Ministério da De-

fesa no governo Michel Temer, Silva e Luna deixou a diretoria-geral da hidrelétrica de Itaipu para assumir a petroleira. Um ano depois de encerrar a missão, o general "surpreendeu negativamente" Bolsonaro ao não ceder a pressões políticas para reduzir o preço de combustível em um ano eleitoral. De-

mitido menos de três semanas depois de um reajuste de 18,7% na gasolina e de 24,9% no diesel, Silva e Luna revelou ao GLOBO mágoa com a fritura e com a forma como foi demitido. Depois de 11 meses no cargo, o militar diz que a privatização pode ser um bom caminho para a empresa.

‘É RUIM VER A BIOGRAFIA RASGADA DE FORMA NÃO RESPONSÁVEL’



Foto: Joaquim Silva e Luna afirma ter alertado o Ministério de Minas e Energia quanto ao risco de desabastecimento caso não reajustasse os preços dos combustíveis, pois importação ficaria inviável

MANOEL VENTURA
E THIAGO BRONZATTO
REPORTERES DO GLOBO



“Estamos tendo um ano político. A pessoa está no governo e quer ter a oportunidade de prosseguir o mandato”

Como o senhor avalia a sua demissão?
Vai havendo um desgaste. Eu coloco isso dentro de um contexto. Estamos tendo um ano político. A pessoa está no governo e quer ter a oportunidade de prosseguir o mandato. Tivemos três conflitos (no setor de petróleo). O primeiro gerado pela Covid-19, que reprimiu a demanda por um período e depois voltou muito rápido, encarecendo tudo. Depois, no caso do Brasil, a crise hídrica. E quando a gente imaginava que as coisas iam começar a se estabelecer veio a crise no Leste Europeu, com impacto violento.

Havia risco de desabastecimento de combustíveis caso não houvesse o aumento?
Seguramos (os aumentos) por 57 dias, com a sensibilidade de máxima possível. Tive que conversar com diretores, conselheiros e eles entenderam que precisava esperar e não passar a volatilidade. Acabou que não tinha mais como segurar, porque, qual era o risco? De desabastecimento.

Esse alerta foi feito ao governo?
Na época eu dei um alerta ao Ministério de Minas e Energia. Eu disse “olha, estamos correndo risco de desabastecimento”. Porque eu tinha feito contato com as grandes empresas que importam (combustíveis). A resposta na época foi que os contratos de março estavam ok, mas, para abril, estariam com dificuldade, porque iriam comprar muito mais caro para vender mais barato. Eles disseram que sem ajuste de preço não tinha como importar. Esse foi o ponto de decisão. Fizemos aquele aumento que, na época, correspondia a 50% do valor da nossa política de paridade de importação. Então, gerou esse desgaste. Até tivemos um cuidado monstruoso de manter o nível mais baixo possível, e acabou gerando esse desgaste.

A sua demissão da Petrobras

não foi decorrente desse cenário externo, mas sim uma decisão de Bolsonaro.
É isso. Uma decisão pessoal do presidente. Esse cenário gera uma necessidade, talvez, de explicar para a sociedade que o preço está elevado, que não tem culpa dele. Escolheram a Petrobras como culpada, e não é. Mostramos isovárias vezes, que a Petrobras é um terço do valor do combustível, que a Petrobras não é monopolista. Em termos de gasolina, por exemplo, é em torno de 42%, porque tem o álcool, o etanol (na mistura), importação.
Houve pressão para segurar o preço do combustível?
Contatos no sentido de segurar preço aconteceram, mas isso nunca aconteceu (segurar os preços). Porque nós temos regras muito bem definidas, a política de governança da empresa é muito bem estabelecida. Esse tipo

de conversa e tentativa não afeta nada. Não afeta nem o meu humor e nem o meu sono. Porque eu não posso fazer.
Houve pressão também de parlamentares?
A mim diretamente, não. Mas, publicamente, sim. A gente explica que não pode fazer, que é preciso seguir leis de mercado, que a empresa não é um monopólio. Eu não sei se as pessoas não entendem isso ou não querem entender. E depois volta querendo que segure os preços. Não pode. Até porque seria uma irresponsabilidade gerar um desabastecimento no país. E não vejo outra pessoa sentando aqui e podendo fazer diferente. Sinceramente, não vejo.
O senhor acha que o próximo presidente da Petrobras (Adriano Pires) conseguirá conter essa pressão do

presidente em um ano eleitoral?
Mantendo, o que está aí, não. As soluções que estão sendo postas, o Congresso está participando disso, é encontrar um subsídio. O mundo inteiro está fazendo isso. Nós estamos vivendo um período de guerra, em que as soluções precisam ser diferentes. Tem teto de gastos (limite de despesas), tem limite, tem, mas é possível criar um crédito extraordinário (fora do teto). É questão de vontade. A Petrobras coloca bilhões de reais no governo. A Petrobras não pode fazer política pública, mas ela entrega o dinheiro que pode fazer.
O senhor recebeu pedidos para nomeação de cargos?
Indicações sempre aparecem. Mas todas as minhas nomeações foram técnicas. Eu usei pratas da casa, diretores que estavam há mais de 30 anos na casa, gente que viveu todas as experiências ruins.
Quem foram os responsáveis por essas indicações?
Houve indicações, eu até gostaria de não citar nomes. Houve indicações, mas não me estressei com isso. Acabei não cedendo a isso nem

trouxesse esse assunto para dentro da empresa.
De que forma a sua demissão respinga na imagem das Forças Armadas?
Eu não tenho condições de fazer essa avaliação. Mas eu recebi, ouvi mensagens. Mas eu próprio vice-presidente (Hamilton Mourão), de alguns companheiros, que manifestaram isso. Realmente isso é uma preocupação minha, porque tem algumas coisas que são sagradas para nós. O que afeta a biografia, o que afeta a reputação, são valores sagrados a nós. Eu confesso que fiquei apreensivo com isso. Mas recebi (acompanhamento) da minha família. Alguns amigos militares também fizeram contato, alguns de mais alto nível das Forças Armadas. De ex-comandantes de Força, de tudo isso. Houve uma compreensão. Com expressões do tipo “está saindo melhor que entrou”. Eu tinha essa preocupação. Leva-se muitos anos para construir uma biografia e depois ver rasgada de forma que não é responsável é ruim. Isso foi a única coisa que me incomodou, porque considero isso um bem sagrado meu.
O presidente ligou para o senhor?
Não. O contato que me fez foi o ministro de Minas e Energia (Bento Albuquerque). Foi uma conversa muito rápida para dizer apenas que meu nome estava na lista de conselheiros e saiu. Como o presidente (da Petrobras) precisa ser conselheiro, está fora. Isso é um direito do acionista escolher quem ele quer.
O ministro da Economia, Paulo Guedes, defende a privatização da Petrobras. O senhor avalia que essa seria uma solução para conter as interferências políticas na companhia?
Eu diria que ela ganharia muito em valor. Todas as análises de Petrobras mostram que 80% dos indicadores são confiáveis, por governança etc. Em torno de 20% são neutros. Essa neutralidade inclui o risco de intervenção política na empresa. Então, se ela for privatizada, esse risco acaba. E, segundo, tira-se esse fardo do governo de ser responsável por aumentos de preço, como o pessoal pensa que é. Então eu acho que é um caminho.